



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
Casa da Cidadania

Ata da 116ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente à 2ª Etapa, do 2º Período, da 19ª Legislatura, realizada no dia 03 de novembro de 2022.

Ao três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, no Plenário da Câmara Municipal de Feira de Santana, situada à rua Visconde do Rio Branco, 122, nesta cidade, Estado da Bahia, realizou-se a centésima décima sexta Sessão Ordinária, referente à segunda Etapa, do segundo Período, da décima nona Legislatura, na qual a exceção do edil José da Costa Correia Filho compareceram os parlamentares Edvaldo Lima dos Santos, Emerson Costa dos Santos, Eremita Mota de Araújo, Fernando Dantas Torres, Flávio Arruda Morais, Ivamberg dos Santos Lima, Jhonatas Lima Monteiro, José Carneiro Rocha, José Marques de Messias, Josse Paulo Pereira Barbosa, Jurandy da Cruz Carvalho, Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, Luiz Augusto de Jesus, Luiz Ferreira Dias, Marcos Antonio dos Santos Lima, Pedro Cícero Marcenio Silva, Petrônio Oliveira Lima, Ronaldo Almeida Caribé, Sílvio de Oliveira Dias e Valdemir da Silva Santos. Amparada pelo Regimento Interno, a segunda Secretária, desta Casa Legislativa, vereadora Eremita Mota de Araújo, declarou aberta a presente Sessão e solicitou que edil Edvaldo Lima dos Santos que assumisse a segunda Secretaria “ad hoc” bem como procedesse a leitura da Ata da Sessão Anterior da Sessão anterior. Cabe registrar que não houve a leitura do **Expediente do Dia**. Após a inscrição dos vereadores para o **Horário das Lideranças Partidárias**, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para o primeiro Vice-Presidente, edil Sílvio de Oliveira Dias. Prosseguindo, no **Horário das Lideranças**, o **vereador Pedro Cícero Marcenio Silva (Cidadania)** cumprimentou os secretários municipais presentes no Plenário. Em seguida, lamentou que o prefeito municipal de Feira de Santana, Colbert Martins da Silva Filho, tenha usado as redes sociais para jogar a população feirense contra a Casa da Cidadania. Acrescentou que o prefeito usa as redes sociais para mentir para a população. Advertiu que já circula a informação que o alcaide tenha cometido “pedaladas”



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

que podem culminar com o seu *impeachment*. Criticou os serviços do transporte e saúde que na sua opinião encontram-se abandonados. Lembrou que o secretário municipal de Saúde, médico Marcelo Britto, foi afastado devido o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde desta Casa. Acentuou que o serviço de transporte conta com um secretário competente como o vereador licenciado Eliziario Ribeiro, entretanto a frota está sucateada. Usou um adágio popular no que assinalou que quando o “diabo não vem manda o secretário”. Afirmou que a presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, senhora Giberte Lucas, é competente. Mas, o governo faz com que impere a desordem na área de Saúde. Antecipou que a futura presidente desta Casa, vereadora Eremita Mota de Araújo, entrará para a História com a condução do “*impeachment*” do prefeito mentiroso e preguiçoso. Pregou a eleição de José Ronaldo de Carvalho para prefeito em 2024 e disse que a população feirense o espera de braços abertos. Durante o pronunciamento do orador na tribuna, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, o qual saudou seu amigo Maurício Carvalho, ex-vereador desta Casa Legislativa presente na Galeria. Em seguida, o **parlamentar José Carneiro Rocha (MDB)**, em tempo cedido pelo edil Edvaldo Lima dos Santos (MDB), após saudar a todos, em especial os secretários municipais presentes nesta Casa, lembrou que na última terça-feira discorreu na tribuna a respeito da suplementação orçamentária bem como destinou voto favorável ao Requerimento que versava sobre convocação de Secretários Municipais para comparecerem nesta Casa, oportunidade na qual comentou que todos os secretários estavam dispostos a prestarem os esclarecimentos necessários, e por isso estes compareceram nesta data para debaterem com os vereadores. Depois, esclareceu que a suplementação orçamentária é extremamente essencial, rememorou que este Legislativo aprovou apenas 10% de suplementação, porcentagem inferior a todas as cidades do Brasil, porém, de forma democrática, autorizou que durante o período pudesse ser solicitada suplementação para apreciação deste Parlamento, o que não está ocorrendo, de modo que ele questionou quem será responsabilizado se faltar oxigênio no Hospital da Mulher e alguém morrer. Em aparte, o vereador Fernando Dantas Torres disse que os municípios já sabem como o prefeito Colbert Martins da Silva Filho age, afirmou que no município de São Paulo a suplementação também é de 10% e disse acreditar que se houver falta de verba em alguma secretaria será no mês de dezembro, já com relação à falta de pagamento de funcionários, ele acredita ser devido à incompetência do prefeito municipal. Na sequência, o presidente Fernando Dantas Torres consultou aos edis quanto à possibilidade de diminuição do tempo de fala à tribuna para três minutos a fim de que ao final do Horário das Lideranças ocorresse uma reunião com os vereadores antes do pronunciamento dos



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

secretários municipais, visto que estes se anteciparam. Pois, a visita estava marcada para a próxima terça-feira. Em **Pela Ordem**, o edil Petrônio Oliveira Lima (REP) passou o tempo do seu partido ao orador. Retomando a sua fala, o edil José Carneiro Rocha continuou afirmando que alguém terá que ser responsabilizado se ocorrer um óbito no Hospital da Mulher por falta de oxigênio. Depois, o edil José Carneiro destacou que por falta da suplementação orçamentária faltará alimentação para as parturientes e acompanhantes no Hospital da Mulher, também não será possível consertar uma caçamba da Superintendência de Operações e Manutenção – SOMA, nem pagar o transporte escolar, tampouco realizar o pagamento dos servidores da saúde e contratar carro-pipa para atender o distrito de Jaguará. Assim, observou que fazer oposição é salutar, no entanto esta deve ser feita de forma responsável, de maneira que até atinja o prefeito, mas não a população que merece ser bem atendida. Por fim, ressaltou que não é possível permitir que as ofensas e divergências prevaleçam e predominem em um relacionamento que deveria ser amistoso entre Executivo e Legislativo. Neste momento, o **vereador Luiz Ferreira Dias (AVANTE)** registrou que estava triste por conta da situação enfrentada pelos comerciantes que atuavam no Shopping Popular e frisou que, juntamente com alguns de seus pares, lutava para garantir os direitos destes profissionais. Comentou que muitos destes enfrentavam problemas de saúde e salientou que, apesar das constantes lutas, a Prefeitura Municipal nada fez, até o presente momento, para resolver a situação. Disse que o referido entreposto comercial beneficiava apenas o empresário Elias Tergilene e, infelizmente, os vendedores ambulantes que atuavam no local eram negligenciados pelo poder público. Em seguida, referiu-se aos cinquenta e seis agentes comunitários de saúde e de combate às endemias que foram exonerados pelo Governo Municipal ao externar que o Ministério Público (MP) exarou duas decisões a fim de assegurar a recondução dos citados profissionais aos seus cargos. Explicou que, no entanto, isto ainda não ocorreu e discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelos referidos agentes, os quais não recebiam seus salários há nove meses apesar de terem dedicado suas vidas ao trabalho. Discorreu, brevemente, sobre os altos índices de desemprego neste País e teceu comentários críticos ao prefeito municipal Colbert Martins da Silva Filho ao afirmar que este contratou, nos últimos meses, diversas pessoas ligadas a políticos. Destacou que era necessário priorizar a saúde, o trabalho, a segurança pública e a educação e externou que estava nesta Casa para contribuir com a população. Por fim, comentou sobre a importância do diálogo do prefeito municipal com os representantes do povo. Seguidamente, o **vereador Valdemir da Silva Santos (PV)** após cumprimentar a todos e congratular-se com os secretários municipais presentes, disse que o diálogo sempre foi o melhor caminho para a resolução dos problemas, salientando que os poderes são



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

independentes, mas precisam também se manter harmônicos, uma vez que entre as diferenças existentes entre o Executivo Municipal e este Legislativo, está a população que sofre as consequências deste impasse e cujos interesses é preciso priorizar. Prosseguindo, salientou que assim como os secretários se dispuseram a comparecer a fim de prestarem esclarecimentos, também o Presidente desta Casa Legislativa, vereador Fernando Dantas Torres, adiou a apreciação de todas as demais matérias pautadas para a Ordem do Dia de hoje, a fim de receber os secretários e possibilitar o diálogo, que este vereador acredita ser a melhor opção para solucionar qualquer problema, razão pela qual o parabenizou. Finalizando, a despeito das críticas que foram feitas durante a campanha eleitoral à atuação incisiva dos pastores evangélicos, parabenizou a todos pelo empenho e trabalho realizado em suas igrejas, ao tempo em que os conclamou, desde já, posicionarem-se em relação ao pleito de 2024, por acreditar ser de grande relevância a sua atuação no âmbito do cenário político. Continuando, o **parlamentar Edvaldo Lima dos Santos (MDB)** no tempo cedido pela vereadora Eremita Mota de Araújo (PSDB) lamentou que os secretários municipais venham à Casa da Cidadania em um momento de crise administrativa e defendeu o comparecimento em outros momentos. Saudou a todos em nome do secretário Maurício Carvalho. Ao Presidente, vereador Fernando Dantas Torres, disse que não está de cabeça inchada. Pois é um soldado lutador ao lado do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Frisou que o presidente da República não deixa nenhum soldado para trás. Em aparte, o vereador Valdemir da Silva Santos disse que o asfalto da obra de duplicação da Avenida Eduardo Froes da Mota está sendo aplicado desde ontem. Ressaltou que foi uma obra prometida e cumprida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. O Presidente interrogou se a duplicação será igual ao Projeto Centro da Prefeitura Municipal de Feira de Santana que nunca termina? O orador Edvaldo Lima dos Santos assegurou que a obra será concluída. Em seguida, o tribuno Edvaldo Lima dos Santos elogiou a atuação da presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, senhora Gilberte Lucas. Depois, disse ao secretário municipal da Fazenda Expedito Elói, que em 2021 esta Casa Legislativa aprovou um orçamento no valor de R\$ 1,6 bilhão e colocando-o a disposição do prefeito municipal de Feira de Santana, Colbert Martins da Silva Filho. Frisou que o prefeito é bom de comunicação dentro de um escritório e fechado apenas para a imprensa. Mas, não governa para a população. Atentou que o prefeito alega que não tem mais dinheiro para a Saúde. Que vai fechar, que vai acabar. E esquece da artimanha lá atrás. Assegurou que nenhum vereador tocou em um centavo da Secretaria Municipal da Saúde ou de Educação nem promoveu nenhum tipo de remanejamento nestas duas pastas. Lembrou que a Secretaria de Saúde tinha R\$ 480 milhões e com uma emenda de sua autoria foram adicionados mais R\$



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

14 milhões. Esclareceu que a verba adicional destinava-se a construção de um hospital municipal de emergência. Acrescentou que outros vereadores também destinaram através de emendas parlamentares mais recursos para a área de Saúde. Interrogou para onde foi o dinheiro? Adicionou que solicitou ao governo municipal informações para esclarecer quantos milhões foram gastos neste período e quanto de pessoal tem para pagar? Mas, não obteve respostas. Frisou que outro parlamentar também fez um Requerimento com idêntico teor e não recebeu a devida resposta. Adiantou que votará a favor da suplementação desde que o prefeito informe quanto já foi gasto até o atual momento. Em seguida, o **parlamentar Jurandy da Cruz Carvalho (PL)** disse que, neste dia, os secretários municipais estavam presentes nesta Casa para explicar questões relativas à solicitação de suplementação de verba e comentou sobre a importância de discutir sobre este assunto. Afirmou que, caso a proposição referente à suplementação não seja aprovada com celeridade, possivelmente faltará oxigênio no Hospital da Mulher, bem como as ações da Superintendência Municipal de Operações e Manutenção – SOMA não terão continuidade, o que causará um grande impacto nesta cidade. Externou que a solicitação de suplementação de verbas tinha uma motivação e destino ao explicar que, nos últimos meses, o percentual relativo à inflação neste País mudou. Declarou que os insumos da rede hospitalar sofreram aumento na precificação e registrou que a matéria relativa à suplementação de verbas tinha por objetivo realocar os recursos financeiros da Prefeitura Municipal a fim de dar continuidade aos serviços oferecidos à população. Expôs que alguns órgãos municipais careciam de verba e destacou que seus pares deveriam agir com prudência, preocupando-se, verdadeiramente, com a execução de políticas públicas e com o desenvolvimento deste Município. Relatou que algumas matérias referentes à suplementação de verbas foram encaminhadas pela Prefeitura Municipal a esta Casa no mês de agosto, entretanto, até o presente momento, não foram apreciadas. Frisou que seus pares deveriam agir com imparcialidade para beneficiar toda a população feirense e comentou, brevemente, sobre a necessidade de conceder maior atenção à zona rural. Ao concluir seu discurso, externou que sempre seria favorável às proposições que tinham por objetivo assegurar o desenvolvimento de Feira de Santana. Durante o pronunciamento do orador à tribuna, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para a Segunda Secretária, vereadora Eremita Mota de Araújo. Logo após, o **vereador Fernando Dantas Torres (PSD)**, após saudar a todos, principalmente aos secretários municipais, afirmou que soube pela imprensa, no dia anterior, que os secretários viriam a esta Casa nesta data, já que a visita destes estava programada para a próxima terça-feira, porém disse que por conhecer a tática do prefeito de colocar a população contra a Câmara Municipal iria ouvi-los hoje. Externou



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

que os feirenses sabem que a “caneta” é do prefeito e que o dinheiro do orçamento está com ele, sendo que a Câmara possui apenas 4% deste. Lembrou que 10% de remanejamento de um orçamento no valor de um bilhão e seiscentos mil corresponde a mais de cento e sessenta milhões de reais, o que é um bom dinheiro. Mas, não nas mãos de quem não sabe administrar. Salientou que a Prefeitura estava acostumada com 80% de remanejamento do orçamento, de modo que fazia o que quisesse com os recursos. No entanto, agora a Câmara Municipal se espelha nas Câmaras de São Paulo, de Salvador e de Curitiba, legislativos que possuem voz ativa e cumprem o papel de fiscalizar o Executivo e aprovar Leis. Opinou que os secretários da Prefeitura Municipal de Feira de Santana são competentes, porém estão atuando em uma gestão que não possui a prática do diálogo. Frisou que os vereadores não querem brigar com os secretários nem com os órgãos públicos, mas precisam cumprir o papel de parlamentar que está relacionado à fiscalização do erário público. Frisou que a visita dos secretários a esta Câmara Municipal estava programada para a próxima terça-feira, porém como o prefeito os enviou nesta data com a intenção da Câmara não recebê-los e, a partir disto, ele conceder entrevistas aos programas de rádio falando que a Câmara não quis atendê-los, a Casa os ouvirá nesta data para que esclareçam onde foi parar um bilhão e seiscentos milhões que deveria ser suficiente para o pagamento de servidores e outras demandas. Findando seu discurso, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, agradeceu a presença de secretários e diretores, disse que a Câmara Municipal não tem nada contra estes, desejou mais parceria e informou que o Legislativo continuará os fiscalizando. Durante o discurso, o orador foi aparteado pelos vereadores Edvaldo Lima dos Santos e Flávio Arruda Morais. Neste momento, o comando da Mesa Diretiva foi transferido para o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres. Posteriormente o **vereador Luiz Augusto de Jesus (União Brasil)** inicialmente agradeceu ao povo de Feira de Santana a expressiva votação feita ao candidato ao governo do Estado, ACM Neto, que apesar de não ter sido eleito, obteve em Feira de Santana o segundo maior número de votos do Estado, perdendo apenas para a capital. Em seguida destacou a presença de todo o secretariado municipal no dia de hoje nesta Casa, com o objetivo de dialogar acerca da importância da apreciação das matérias encaminhadas pelo Executivo Municipal a este Legislativo, solicitando suplementação de verbas cuja falta está inviabilizando o desempenho de várias secretarias, sendo que algumas, como a Saúde, que enfrenta sérias dificuldades, e a Superintendência SOMA. Pois, envolve tudo o que diz respeito a obras, tanto na sede, quanto na zona rural, razão pela qual agora, passado o período de eleições, conclamou os seus pares a deixarem de lado as diferenças e se disporem a ouvir o que tem a dizer cada um dos secretários presentes, a fim de que possam expor as necessidades de cada



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Secretaria e desta forma entenderem a importância de aprovarem a suplementação solicitada pelo Executivo Municipal, para que os interesses da população sejam preservados e os seus direitos garantidos, até porque, para além da efetiva necessidade da suplementação solicitada, existe o recurso em caixa e não há porque não ser destinado às secretarias competentes. Na sequência, o **vereador Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC)** elogiou a gestão da Câmara Municipal liderada pelo edil Fernando Dantas Torres. O Presidente, Fernando Dantas Torres, informou que a Casa da Cidadania está com aproximadamente R\$ 4 milhões para serem devolvidos à Prefeitura Municipal, mas está com receio de enviar novamente. Pois, o dinheiro devolvido no ano passado não foi investido em lugar nenhum. Por isso resolveu fazer a reforma da Câmara Municipal. O tribuno Josse Paulo Pereira Barbosa após saudar a todos os presentes disse que hoje é um dia importante. Pois, o Plenário está repleto de pessoas competentes e que poderiam estar compondo qualquer governo no Brasil. Mas, infelizmente o governo Colbert Martins da Silva Filho coloca em xeque a o profissionalismo dos secretários e diretores municipais. Argumentou que o prefeito recebeu desta Casa um orçamento de R\$ 1,6 bilhão. Mas de maneira desastrosa não paga a APLB, não paga ao funcionalismo, não faz plano de carreira, não respeita os seus secretários nem a ninguém. Muito mesmo esta Casa Legislativa e a bancada governista. Lamentou que o governo tenha enviado os seus secretários para expor a incompetência administrativa. Revelou que já foram realizadas três reuniões e ficou patente a necessidade urgente de iniciar o processo de “*impeachment*” do prefeito Colbert Martins da Silva Filho. Advertiu que por princípio, o Presidente, vereador Fernando Dantas Torres, é contra o impedimento de governantes em qualquer nível da Federação. Mas, que há um pacto de sague com a futura Presidente desta Casa, vereadora Eremita Mota de Araújo, no sentido de afastar o prefeito e abrir espaço para o vice-prefeito Fernando de Fabinho. Pois, Colbert Martins da Silva Filho não respeita ninguém e manda secretários à esta Casa sem agendar. Defendeu entendimento entre o deputado federal José Cerqueira Neto e o ex-prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho, para encaminhar o afastamento do prefeito Colbert Martins da Silva Filho e obter os 17 votos necessários. O Presidente, edil Fernando Dantas Torres, adiantou ser contra o afastamento do prefeito. O orador voltou a afirmar que o prefeito não tem respeito por ninguém e nem mesmo pela Justiça e será afastado pela incompetência administrativa. Oportunamente, o edil Fernando Dantas Torres afirmou que a Câmara de Vereadores dispõe de R\$ 4 milhões de reais excedentes em seu orçamento, o qual não pretende devolver à Prefeitura, mas investir na reforma desta Casa, pois o valor devolvido anteriormente até este momento não fora investido. Na sequência, o **edil Ivemberg dos**



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
Casa da Cidadania

**Santos Lima (PT)** comentou sobre as manifestações que estavam ocorrendo nos últimos dias ao afirmar que estas bloqueavam as rodovias e dificultava a circulação de veículos e pessoas. Destacou que, além disto, diversas pessoas realizavam manifestações nos quartéis deste País para solicitar intervenção militar após o resultado do segundo turno das eleições e aproveitou a oportunidade para repudiar estes atos ao registrar que todos eram antidemocráticos. Disse que, no ano de dois mil e dezoito, quando o então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, venceu, no segundo turno das eleições, o candidato Fernando Haddad, os petistas utilizaram, como lema, a frase “ninguém solta a mão de ninguém”, o que, quatro anos depois, resultou na vitória do futuro Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Comentou sobre a necessidade de trabalhar para garantir o progresso do Brasil. Em aparte, o vereador José Carneiro Rocha (MDB) declarou que o processo eleitoral era democrático e legítimo, de modo que era necessário entender e respeitar a opinião popular. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o orador à tribuna disse que, nesta Sessão, uma das pautas dos discursos dos vereadores era a suplementação de verbas. Afirmou que algumas matérias versavam sobre o pedido de nove milhões de reais, oriundos da pasta de Serviços Públicos; sobre oitenta milhões de reais, oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e acerca de cento e dez milhões de reais relativos ao *superávit*. Registrou que, na semana anterior, alguns profissionais da área da saúde estiveram nesta Casa para dizer que estavam com seus salários atrasados porque os vereadores não tinham apreciado a proposição relativa à suplementação de verbas. Afirmou que os parlamentares aprovaram, anteriormente, um orçamento municipal de um bilhão e seiscentos milhões de reais, sendo que a Secretaria Municipal de Saúde recebeu pouco mais de quinhentos e sete milhões de reais, de modo que os salários dos referidos profissionais estavam previstos na lei orçamentária. Salientou que os secretários municipais que se encontravam nesta Casa deveriam explicar aos vereadores e à população o motivo pelo qual os profissionais da área da saúde, na semana passada, estiveram nesta Casa para dizer que estavam com seus salários atrasados porque a proposição referente à suplementação de verbas ainda não tinha sido apreciada. Referiu-se à professora Anaci Bispo Paim, secretária municipal de Educação, ao reiterar que havia um pedido de suplementação de verbas no valor de oitenta milhões de reais, os quais seriam oriundos dos precatórios do Fundef. Salientou que isto era inaceitável porque havia legislação vigente que respaldava o rateio dos referidos precatórios entre os docentes. Por fim, salientou que os vereadores desejavam ser convencidos sobre a necessidade de aprovar a suplementação de verbas. Dando continuidade, o **vereador Sílvio de Oliveira Dias (Liderança da Oposição)** a princípio





*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

comentou de modo crítico a atuação do comando bolsonarista da Polícia Rodoviária Federal, que a seu ver envergonhou a instituição pela forma com que lidou com os bloqueios realizados por caminhoneiros em diversas rodovias, após as eleições, colocando a PRF na história “negra” deste País, ressaltando que esta condução entristeceu diversos membros da instituição, que não compactuavam com esta orientação. Também observou que este é o resultado, sempre que as instituições são tratadas como do governo, e não do Estado. Em seguida referiu-se a dados apresentados anteriormente por um colega, que a seu ver se equivocou ao dizer não haver nenhuma outra cidade que trabalhe com um orçamento de apenas 10% para remanejamento, pois é este o índice em Porto Alegre, Belo Horizonte, Osasco, Chapecó, Palmas e até Campinas, que tem um milhão de habitantes e onde se trabalha com 15%, além de tantas outras. Disse que o problema de Feira de Santana é a má gestão de recursos, vez que os dez por cento aqui tratados, significam na verdade cento e sessenta e cinco milhões de reais, o que não é pouco, apesar do Prefeito estar dizendo nas rádios e na imprensa em geral, que os recursos são insuficientes. Prosseguindo, disse que dos cento e sessenta e cinco milhões de reais supracitados, 68 milhões foram remanejados para o Gabinete do Prefeito, sendo apenas 3 milhões e setecentos mil para pagamento de pessoal; para a Secretaria de Transporte e Trânsito 16 milhões trezentos e setenta mil e para a Saúde, dos 59 milhões, noventa e três por cento foram para pagamento de empresas terceirizadas, provavelmente as mesmas que estão sendo objeto de investigação da Polícia Federal, deixando claro que não há compromisso com Feira de Santana, razão pela qual irá analisar detidamente todas as demandas que serão aqui apresentadas. Mas, só irá dar a sua aprovação para aquelas efetivamente justificadas, e não para que o Prefeito retire recursos do FUNDEF para a construção de estacionamentos. Posteriormente, o **edil Jhonatas Lima Monteiro (PSOL)** após saudar aos presentes, agradeceu a presteza do atendimento ao convite para que os secretários se fizessem presentes para a discussão sobre o orçamento e sinalizou a importância da presteza se estender também às demais solicitações feitas por esta Casa no que diz respeito aos pedidos de informações, reuniões e indicações de obras e serviços. Depois, explicou que a solicitação do comparecimento dos secretários nesta Casa se deu em razão de o prefeito Colbert Martins da Silva Filho ter gravado uma série de vídeos que, a seu ver, aposta na desinformação e na busca do conflito como meios para resolver o problema, o que ele advertiu não ser a melhor forma. Dando continuidade, o orador externou que a iniciativa de discutir a questão orçamentária como se deve partiu de um Requerimento de autoria da oposição, subscrito por vários vereadores, o que não foi feito pela bancada governista. Enunciou que o prefeito municipal disponibilizou nota para alguns *sites* informando que viria à Câmara Municipal, no entanto não compareceu.



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Antecipou que o comparecimento dos secretários se configura como um momento preliminar para que os vereadores consigam entender o que justifica tantos pedidos de suplementação, na visão do governo. Afirmou que durante o debate haverá questionamentos sobre as alterações orçamentárias, principalmente com relação à área de pessoal, no que diz respeito a percentual e a valores, também sobre o aumento significativo na contratação a partir do mês de maio. Depois, o orador explicou que o governo tem direito à suplementação se for para remanejamento e não para crédito adicional, disse que é legítimo também pedir suplementação se ocorrer arrecadação não prevista, mas é necessário que haja análise. Antecipou que algumas das suplementações solicitadas não serão aprovadas por este Legislativo com seu voto, principalmente no que se refere ao remanejamento indevido dos precatórios do Fundef. Além disso, destacou que é injustificável o pedido de suplementação para pagamento de folha de pessoal que deveria ser previsto desde a Lei Orçamentária com cobertura até dezembro, a não ser que o prefeito tenha remanejado recursos de pagamento de pessoal para outras finalidades ou tenha realizado contratações indevidas e “inchou” a folha. Disse que esses e outros pontos devem ser respondidos pelos secretários para que a Câmara tome uma decisão sensata e sóbria sobre esse tipo de recurso. Registrou que além da discussão sobre a suplementação, esta Casa tratará até dezembro sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 e questionou se o prefeito acredita que sua conduta contribui para que a LOA do próximo ano tenha outro caminho. Afirmou que novamente será discutido qual o limite de suplementação e salientou que até o momento nada comprovou que seja necessário mais de 10% como ocorre em alguns municípios. Por fim, advertiu que é infantilidade do prefeito municipal achar que fazer um embate em prejuízo do povo feirense resolverá os problemas e afirmou que ao longo da próxima semana a Casa aprofundará a discussão sobre a temática citada porque tem responsabilidade ao contrário do prefeito desta cidade. Neste momento, o edil Fernando Dantas Torres, no comando dos trabalhos, afirmou que foram convocados para semana que vem o comparecimento de quatro Secretários para prestar esclarecimentos sobre o pedido de suplementação orçamentária solicitado pelo Poder Executivo Municipal. No entanto, como ocorreu na data de hoje de forma inesperada o comparecimento dos Secretários e de outras autoridades do município, solicitou que o edil José Carneiro Rocha identificasse aqueles que desejariam se pronunciar em tribuna, a fim de que todos tivessem oportunidade de fala, estabelecendo o tempo de quinze minutos para os Secretários convocados e dez para os demais. Em **Pela Ordem**, o edil Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC) solicitou tempo na tribuna para que ele pudesse complementar seu discurso, tendo em vista que não conseguiu discorrer tudo o que gostaria, devido ao barulho no Plenário, o



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

que não foi acatado pelo Presidente. Posteriormente, o edil Fernando Dantas Torres convocou os edis presentes para uma reunião e suspendeu a presente Sessão por quinze minutos. Reaberta a sessão, o Presidente realizou uma chamada nominal na qual se constatou a ausência dos edis José da Costa Correia Filho, Flávio Arruda Morais, Marcos Antônio dos Santos Lima e José Marques de Messias, os quais compareceram ao Plenário em seguida, à exceção do edil José da Costa Correia Filho. Posteriormente, conforme Artigo 214, Inciso III do Regimento Interno desta Casa, a presente Sessão Legislativa foi transformada em Comissão Geral, com autorização de todos os edis presentes, com o objetivo dos secretários municipais e demais autoridades presentes pudessem realizar seus pronunciamentos sobre os pedidos de remanejamento orçamentário de suas respectivas pastas. Neste momento, o vereador Fernando Dantas Torres consultou os edis sobre a condução dos pronunciamentos no púlpito, assim como das perguntas, estabelecendo conjuntamente que as declarações fossem realizadas em bloco e que se abriria posteriormente para perguntas. Em seguida designou os vereadores Luiz Augusto de Jesus, José Carneiro Rocha e Ronaldo Almeida Caribé para conduzir até o Plenário, os secretários municipais da Fazenda, Expedito Elói; do Planejamento, Carlos Brito; da Administração, José Marcone e da Saúde, Fernanda Botto. Em seguida, convidou os secretários de Educação, professora Anaci Bispo Paim, de Agricultura, Sebastião Cunha. Assim como o ex-secretário municipal da Fazenda, Joaquim Galvão; os ex-vereadores Wellington Andrade e Maurício Carvalho; o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Sergio Carneiro, a presidente da Fundação Hospitalar, Giberte Lucas; o Secretário municipal de Meio Ambiente, Antonio Carlos Daltro Coelho; o superintendente de Obras e Manutenção (SOMA), João Vianey; o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Antonio Carlos Borges Júnior; Nau Santana, presidente do Instituto de Previdência do Município de Feira de Santana; a diretora da zonal Sertaneja da APLB-Sindicato, Marlede Oliveira; o ex-vereador Antonio Carlos Passos Ataíde, o secretário municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Jairo Carneiro Filho e a ex-vereadora e secretária municipal de Habitação, Cintia Daltro Machado. Na sequência, o Presidente, edil Fernando Dantas Torres, submeteu a apreciação do Plenário, a antecipação da presença dos secretários municipais à esta Casa que estava prevista para a próxima terça-feira. Cujo pleito foi acatado de maneira unânime pelos parlamentares presentes. Neste momento, o vereador Fernando Dantas Torres consultou os edis sobre a condução dos pronunciamentos no púlpito, assim como das perguntas, estabelecendo conjuntamente que as declarações fossem realizadas em bloco e que se abriria posteriormente para perguntas. Na sequência, o Presidente, vereador Fernando Dantas Torres, facultou o uso da palavra ao **secretário municipal da Fazenda, Expedito**



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

**Elói**, este de início disse que um orçamento tem um caráter imaginativo, pois não há como se prevê como se comportará a arrecadação e a execução das despesas. Desta forma são estabelecidas estimativas sem constar os eventos imprevistos. Destacou que até 2021, o governo municipal estava autorizado remanejar 80% da verba orçamentária, mas foi surpreendido com a redução para 10%. Relatou que a Fazenda não executa, apenas acompanhar a aplicação do orçamento. Confessou que apesar de ter autorização para remanejar até 80% do orçamento, os governos anteriores nunca utilizaram mais do que 25% do remanejamento conforme consta nas apreciações das contas realizadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Reconheceu que a redução para 10% desarticulou a rotina administrativa do governo municipal. Informou que o erário do Município tem um excedente de R\$ 110 milhões. Sendo R\$ 60 milhões da fonte livre e R\$ 50 milhões do Fundef. Interrogado se seria necessário empréstimo já que tem excedente. Argumentou que investimento e diferente de orçamento que é uma destinação prevista em lei. Quanto ao pagamento do Fundef é uma questão legal que caso seja resolvida será pago. Destacou que a Secretaria Municipal da Fazenda acompanha a execução financeira e que o Município dispõe de recursos para pagar as suas obrigações e compromissos. Mas, precisa de autorização legislativa para proceder a execução sem incorrer infrações legais. Logo após, franqueou-se a palavra ao **senhor Carlos Alberto Oliveira Brito**, secretário municipal de Planejamento, que referiu-se às explicações feitas pelo senhor Expedito Eloy, secretário municipal da Fazenda, o qual lhe antecedeu à tribuna, e salientou que o orçamento municipal era construído a partir das demandas que surgiam e dos registros históricos, de modo que, nos últimos anos, a Prefeitura Municipal conseguiu alcançar a proximidade entre o que estava previsto e o que era realizado. Mencionou a cidade de Osasco ao fazer uma breve analogia entre esta e Feira de Santana em relação à lei orçamentária e esclareceu que muitos municípios brasileiros possuíam o mesmo porte e as mesmas demandas, no entanto, o orçamento era diferente. Salientou que era necessário discutir, amplamente, a suplementação de verbas e fazer a exposição dos aspectos percentuais relativos a esta. Externou que a capacidade de investimento da Prefeitura Municipal de Feira de Santana era baixa, contudo, o nível de gerenciamento era considerado como “B” para o Ministério da Economia. Declarou que, por conta da pandemia, a área da saúde precisou de cerca de quinhentos milhões de reais a mais do orçamento municipal e mencionou, ainda, o pagamento do teto do piso dos docentes, o que ampliou as despesas da administração pública. Ressaltou que a suplementação de verbas era algo comum em todas as gestões por conta da necessidade de realizar os devidos remanejamentos. Disse que a administração pública era dinâmica e discorreu, brevemente, sobre o papel dos Poderes Executivo e



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Legislativo. Por fim, explicou que a suplementação de verbas deveria ser apreciada nesta Casa a fim de dar continuidade aos serviços oferecidos à população e registrou que a execução orçamentária municipal era publicada no Diário Oficial Eletrônico bimestralmente, de modo que toda a população poderia analisá-la. Oportunamente, o Presidente desta Casa, Fernando Dantas Torres, estabeleceu, com anuência plenária, o tempo de dez minutos para os Secretários convocados e cinco minutos para os demais oradores. Logo após, a diretora da Zonal Sertaneja da APLB **professora Marlede Oliveira**, se referiu ao secretário Carlos Alberto Brito para afirmar que não houve pagamento de 33% a todos os professores, mas apenas a alguns, de modo que a grande maioria recebeu um aumento de apenas 5%. Destacou que os professores não receberam aumento em 2020 nem em 2021 e, em 2022, ao invés de receberem um percentual de 33%, tiveram apenas 5%. Lembrou que ainda não existe o Conselho Municipal do Fundeb para fiscalizar a destinação dos recursos e ressaltou que os precatórios do Fundef chegaram em 2018 no valor de duzentos e quarenta e oito milhões de reais, dos quais 60% deveriam ser destinados aos professores, o que daria um valor de cento e quarenta e oito milhões. Rememorou que quando os recursos chegaram ainda não havia lei e o prefeito à época, José Ronaldo de Carvalho, alegava que não iria pagar em razão disso, de modo que o sindicato colocou a questão na Justiça e o movimento sindical no Brasil e os trabalhadores da educação travaram uma batalha a fim de que a lei fosse criada. Assim, após a criação da Lei nº 14.325 que garante o pagamento de 60% dos precatórios do Fundef aos professores, este Município ainda não o fez com a alegação de que a causa está na Justiça, de modo que ela esclareceu que se for preciso retirará o processo para que haja a negociação. Em seguida, a professora Marlede Oliveira disse que após solicitações de várias audiências com a secretária municipal de Educação, professora Anaci Bispo Paim, para tratar sobre enquadramento, mudança de referência e precatórios do Fundef foi surpreendida com a informação de que existe um Projeto de retirada dos precatórios do Fundef para a construção da Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC e da garagem, o que ela considerou um golpe e, por fim, afirmou que confia que esta Câmara não aprovará este projeto perverso. Em **Pela Ordem**, o vereador Ivamberg dos Santos Lima (PT) solicitou que os secretários fossem mais específicos em seus pronunciamentos e se referissem mais assertivamente a causa da solicitação da suplementação. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra ao **secretário municipal de Administração, José Marcondes**, que disse que o momento visa dialogar para resolver os anseios, o bem-estar e as necessidades da população feirense. Frisou que se houve erro de planejamento no orçamento, o momento é de compreender as necessidades de atender a população. Destacou que a suplementação



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

faz parte da dinâmica dos estados, municípios e da União. Esclareceu que a Secretaria de Administração é apenas uma executora das ações de outras secretarias. Esclareceu que a suplementação solicitada visa apenas adequar itens internos de funcionamento da referida secretaria. Pois, economizou em uma parte e ampliou os gastos em outras. Informou que ampliou de 1 para 2 gigas, a capacidade de internet e ampliou a frota de veículos locados de 110. Mas, nos últimos dois anos o valor dos veículos se elevou substancialmente acarretando um aumento de 59%. Passando de R\$ 930,00 Para R\$ 1.600,00. Revelou que a Administração teve que pagar despesas de combustíveis da Superintendência Municipal de Obras e Manutenção (SOMA). Ponderou que solicita suplementação de R\$ 2 milhões para um orçamento de R\$ 110 milhões o que corresponde a 2,5%. Assinalou que o investimento em plataformas digitais reduziu o gasto em material de expediente. Argumentou que as solicitações da maioria das secretarias municipais é justamente a autorização de remanejamento de áreas que houve redução de gastos. Por isso solicita que sejam aprovadas as solicitações de remanejamentos, pois quem será beneficiada será a população feirense. O Presidente interrogou se no contrato de locação de veículos não estava previsto reajuste. O secretário respondeu que havia, mas não no percentual que será executado. O Presidente assinalou que o orçamento municipal é feito de qualquer maneira a espera que a Casa da Cidadania a qualquer tempo autorize as correções. Questionou também o tempo do contrato, visto que o atual governo não tem dois anos completos. O secretário informou que completará dois anos ainda neste exercício fiscal. O Presidente por sua vez disse que ou o secretário está mentido ou está pensando num problema do ano vindouro. Frisou que seria bom que o salário dos professores tivesse o mesmo tratamento. O secretário José Marcondes disse que os veículos passaram de R\$ 30 para R\$ 70 mil sendo necessário uma recomposição contratual. Continuando foi fraqueada a palavra à **secretária municipal de Saúde, Fernanda Botto de Barros**, que após cumprimentar os presentes, explanou as razões pelas quais a Secretaria de Saúde do Município necessita da autorização desta Casa para movimentar os recursos financeiros existentes, de modo a restaurar o seu orçamento e viabilizar o andamento de sua pasta. Para tanto, argumentou como justificativa o aumento do piso salarial dos agentes de endemias, que incidiu num aumento de 56% na folha de pagamento; a compra de medicamentos realizada através de licitações que alcançaram dois milhões e cem mil reais; os sucessivos aumentos de combustíveis, que concorreram para um aumento de 23% a mais em relação ao ano passado e faz-se necessário para o abastecimento de veículos como ambulâncias, por exemplo, bem como o aumento nos valores de contratos de aluguel de imóveis onde funcionam unidades de saúde, e que há muito estavam defasados. Por fim, referiu-se à preocupação que já está havendo em relação



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

ao ano de 2023, que já está sendo previsto como um ano pandêmico, por conta de viroses como dengue, zika e chikungunya, sem esquecer a necessidade já existente referente à saúde mental, que também encontra-se sem recursos para atender às suas demandas. Por fim, reiterou a necessidade da autorização por parte desta Casa para que o Município possa movimentar os recursos, frisando não tratar-se de uma solicitação de aumento dos mesmos. Neste momento, perguntada pelo Presidente desta Casa, Vereador Fernando Torres, se o aumento na folha de pagamento dos agentes de endemias referidos pela Secretária no início do seu pronunciamento, são os mesmos que foram demitidos pelo Município, disse que sim. Perguntada novamente como poderia ter havido aumento na folha, vez que os agentes foram demitidos, disse que 50 Redas foram contratados. Na sequência, franqueou-se a palavra à **senhora Gilberto Lucas**, diretora da Fundação Hospitalar de Feira de Santana (FHFS), a qual salientou que sempre se colocou à disposição para explicar aspectos relativos ao orçamento municipal no âmbito da saúde. Destacou que, no que concernia à gestão da área da saúde, havia muito dinamismo por conta das diversas demandas que surgiam nas unidades de atendimento. Disse que era impossível prever, com exatidão, a quantidade de insumos a serem utilizados nas unidades de saúde e frisou que uma maternidade pública, de acordo com a legislação vigente, era obrigada a conceder alimentação a todos os acompanhantes, o que gerava impacto no orçamento. Relatou que os contratos relativos à gestão eram contínuos e tinham um prazo de doze meses para impedir o desabastecimento das unidades e controlar, mensalmente, o estoque e a data de validade dos produtos. Comentou que a FHFS solicitou orçamento específico para atender ao Hospital da Mulher, ao Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem – CMDI e ao Centro Municipal de Prevenção ao Câncer – CMPC. Registrou que, neste ano, o número de atendimentos aumentou exponencialmente e citou, como exemplo, o fato de a emergência do Hospital da Mulher ter prestado atendimentos a cerca de quarenta e uma mil gestantes até o mês de setembro, o que gerou impacto nos índices relativos a internamentos e partos. Disse que, neste ano, a referida unidade de saúde passou a oferecer novos serviços, bem como criou dezesseis novos leitos de obstetrícia clínica por conta do aumento da demanda de pacientes de alto risco. Também mencionou índices relativos à quantidade de bebês que, no ano de dois mil e vinte e um, precisaram de internação no berçário da Unidade de Terapia Intensiva – UTI neonatal, bem como comentou sobre o aumento da taxa de internamentos. Ao concluir seu pronunciamento, reiterou que estava à disposição dos vereadores desta Casa para esclarecer quaisquer dúvidas. Na sequência, a secretária municipal Extraordinária de Políticas para Mulheres, **Gerusa Maria Bastos Silva Sampaio**, informou que a mencionada secretaria foi criada há um ano através de Decreto e



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

solicitou que esta Casa apreciasse o Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 para que a pasta deixe de ser extraordinária e passe a receber o orçamento próprio, pois até o momento ela está se utilizando da transversalidade dos serviços, com apoio da Fundação Hospital, de algumas secretarias e de empresas privadas. Salientou que existe uma lei de autoria do edil Ivamberg dos Santos Lima que versa sobre a inclusão de atendimento às empresas amigas da mulher e questionou como isso será feito se a Secretaria ainda não está legalizada. Cobrou novamente a aprovação da Lei que cria a Secretária de Políticas para Mulheres para que receba orçamento próprio e obtenha sua independência a fim de que políticas para mulheres e suas famílias sejam implementadas. Por fim, parabenizou a nova presidente deste Legislativo, vereadora Eremita Mota de Araújo. Em seguida, a secretária municipal de Educação, **professora Anaci Bispo Paim**, após saudar os presentes destacou a importância do planejamento como peça indispensável para a vida tanto das pessoas quanto das instituições. Por isso afirmou ser impossível uma previsibilidade de logo prazo sem que ocorra demandas e, portanto, necessita de flexibilidade para que seja executado a contento. Revelou que a rede municipal recebeu mais de cinco mil alunos e que requer todo replanejamento de infraestrutura, de materiais e de pessoas. Atentou que a cada escola inaugurada há uma nova demanda que necessita de dinheiro. Alertou que a Secretaria Municipal de Educação tem a obrigação de uma população de municípios do porte de Ipirá com aproximadamente 60 mil pessoas entre estudantes, professores e servidores. Destacou que a Prefeitura também fornece o kit alunos, transporte, merenda escolar e manutenção dos prédios. Por isso solicita a suplementação das verbas. Com relação ao precatório disse que o prefeito municipal Colbert Martins da Silva Filho respeita os preceitos legais. Em seguida, foram formuladas perguntas pelos parlamentares Ivamberg dos Santos Lima, Silvio de Oliveira Dias, Marcos Antonio dos Santos Lima, Josse Paulo Pereira Barbosa, José Carneiro Rocha, Ronaldo Almeida Caribé, Eremita Mota de Araújo, Edvaldo Lima dos Santos, Pedro Cícero Marcenio Silva que foram respondidas pontualmente pelos secretários municipais Expedito Elói, Carlos Alberto Brito, José Marcondes, Antonio Carlos Borges Junior, Fernanda Botto e presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, Gilberto Lucas. Logo após, o Presidente desta Casa estabeleceu o tempo de dois minutos para realização de perguntas, desta forma, realizaram questionamentos os vereadores Ivamberg dos Santos Lima, Silvio de Oliveira Dias e Marcos Antônio dos Santos Lima. Oportunamente, em resposta ao vereador anterior, o edil Fernando Dantas Torres destacou que já está sendo discutido o pedido de suplementação, no entanto, este não será autorizado como nas gestões anteriores. Posteriormente, responderam às perguntas os secretários municipais Expedito Eloy, Carlos Alberto de Oliveira Brito e José Marcondes de Carvalho,





*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

respectivamente secretários da Fazenda, do Planejamento e da Administração, logo após, respondeu a pergunta a senhora Gilbert Lucas, presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana. Continuando, os vereadores Josse Paulo Pereira Barbosa, José Carneiro Rocha, Ronaldo Almeida Caribé, Fernando Dantas Torres, Ivamberg dos Santos Lima realizaram novas perguntas que foram respondidas pelos Srs. Antônio Carlos Borges Junior, Secretário de Desenvolvimento Social, José Marcondes de Carvalho e Fernanda Botto de Barros Silveira. Em **Pela Ordem**, o edil Ronaldo Almeida Caribé agradeceu aos Secretários que o atende com presteza e boa vontade. Logo após, novos questionamentos foram realizados pelos vereadores Eremita Mota de Araújo, Edvaldo Lima dos Santos, Pedro Cícero Marcenio Silva, Jurandy da Cruz Carvalho, Jhonatas Lima Monteiro e Fernando Dantas Torres. Tais questionamentos foram dirimidos pelos secretários municipais, Gerusa Maria Sampaio, Anaci Bispo Paim, Fernanda Botto, José Marcondes, Expedito Elói e os superintendentes municipais de Trânsito (SMT), Cleudson Santos Almeida e de Operação e de Manutenção (SOMA), João Vianey. Durante o pronunciamento do edil Fernando Dantas Torres, o comando da Mesa Diretiva passou para a segunda Secretaria, vereadora Eremita Mota de Araújo. Em **Pela Ordem**, o edil Edvaldo Lima dos Santos esclareceu que embora o questionamento tenha sido dirigido à secretária Gerusa Sampaio, não tinha um cunho pessoal. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro disse que no que se refere ao processo judicial, a secretária municipal de Educação, Anaci Bispo Paim, não respondeu objetivamente a questão do acordo extrajudicial com os precatórios do Fundef. Pois, ao ser questionada se há a disposição em fazer um acordo extrajudicial com a APLB. Responde de maneira evasiva que se a justiça decidir o prefeito vai acatar. Adiantou que não há nenhum ato formal da Prefeitura sinalizando que está disposta a pagar os precatórios do Fundef. Quanto a judicialização do processo do precatório do Fundef deve-se ao fato da indisposição do governo municipal em pagar os 60% devidos aos professores. Em **Pela Ordem**, o vereador Marcos Antonio dos Santos Lima disse que entendeu que caso a APLB retire o processo da Justiça o governo vai iniciar as negociações para pagar os precatórios. Em **Pela Ordem**, o vereador Luiz Augusto de Jesus argumentou que quem judicializou o processo de pagamento do Fundef foi a APLB e o sindicato é quem deveria retirar o processo da Justiça. Em **Pela Ordem**, o vereador Sílvio de Oliveira Dias argumentou que se a APLB ingressou na Justiça é porque a Prefeitura Municipal não pagou o precatório. Opinou que o governo municipal deveria ter um gesto de grandeza e buscar negociar com a APLB. Novamente em **Pela Ordem**, o vereador Sílvio de Oliveira Dias comentou que o prefeito em entrevista concedida ao radialista Uchoa teria argumentado que os reparos no complexo viário José Ronaldo de Carvalho deve-se ao fato de não ter orçamento desde o



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

mês de julho passado para uma dispensa de licitação. O edil interrogou ao superintendente da SOMA se desde julho passado a superintendência não consegue fazer uma dispensa de licitação devido a ausência de recursos no orçamento. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro reclamou com o Presidente, edil Fernando Dantas Torres, que os secretários municipais de Saúde e de Administração, respectivamente Fernanda Botto e José Marcondes, ficaram com respostas pendentes aos seus questionamentos. Em resposta, o superintendente da SOMA, João Vianey, disse que houve um processo de dispensa de licitação para elaboração do projeto de recuperação do viaduto. Mas, a obra de recuperação das vigas e o restabelecimento do tráfego necessita de dispensa e exige o empenho total e que foi solicitado um remanejamento específico neste sentido. Em resposta ao Presidente, edil Fernando Dantas Torres, disse que para a obra em si não havia dinheiro e que o projeto solicitando suplementação foi enviado para esta Casa em agosto passado. Ao vereador Edvaldo Lima dos Santos, a secretária Fernanda Botto, esclareceu que antes de ser advogada também é administradora de empresas que a capacita para gerir e, portanto, ser secretária. Ao vereador Jhonatas Lima Monteiro disse que houve sim impacto na folha de pagamento do mês de janeiro em comparação com o mês de agosto. Salientou que em agosto foram pagos os meses de maio, junho e julho referentes aos vencimentos dos agentes de endemias pagos retroativamente. Perfazendo um aumento de 56%. Quanto ao pagamento de temporários esclareceu que os pagamentos não são individuais e sim repassados às empresas contratadas emergencialmente pelo período de 180 dias para a rede própria que não são médicos. Reconheceu que o pagamento dos agentes de endemias são verbas federais, entretanto precisa de dotação orçamentária. O vereador Jhonatas Lima Monteiro alertou que 76% da execução do pagamento do setor de saúde diz respeito a terceirização e apenas 6,25% referem-se a pessoal. Frisou que o prefeito poderia usar para o pagamento dos servidores verbas com este destino e que só usou dessa rubrica apenas 6,25%. O parlamentar argumentou que suplementação é possível e também um direito. Entretanto os dados disponíveis da execução do orçamento invalidam os argumentos do governo municipal. A secretária lembrou que na semana passada empregados de uma organização social que trabalham em uma policlínica estiveram nesta casa protestando. Pois, para o pagamento da organização social é necessário suplementação e não se trata de uma gestão compartilhada. Em **Pela Ordem**, o edil Pedro Cícero Marcenio Silva, observou que o prefeito trabalhou com orçamento até o presente momento e vai pedir suplementação orçamentária para dizer para a Polícia Federal que ficará no cargo só até dezembro. Alertou aos secretários municipais a se afastarem do gestor municipal pois correm o risco de serem presos. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro cobrou esclarecimentos aos



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

secretários de Administração e Planejamento se Projeto de Lei Ordinária nº 021/2022 substitui o 090/2022 pois tratam de suplementação no valor de R\$ 1 milhão. Aos secretários Carlos Brito e Expedito Elói interrogou se o Projeto de Lei Ordinária nº 087/2022 é em substituição a outros pedidos de suplementação. O secretário de Administração disse que um sistema digital cedido pela Prefeitura Municipal de Salvador está sendo implementado e que foi contratada uma empresa para fazer as devidas adequações cujas notas fiscais remontam desde o mês de março. O secretário Expedito Elói esclareceu que a multa no valor de R\$ 90 milhões foi negociada e está sendo paga com valores descontados a cada mês do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Algo em torno de 2,5% cerca de R\$ 350 mil. Com relação aos salários dos agentes de saúde a base é arcada com verba federal. Mas, os demais acréscimos são arcados pelo município. Assinalou que se a Câmara estabelecer um teto de 25% de remanejamento a Prefeitura não precisará enviar projetos de suplementação. Revelou que o prefeito preocupa-se com a situação dos precatórios que hoje pela manhã solicitou uma posição quanto ao desfecho jurídico do precatório do Fundef. Antecipou que amanhã entregará ao prefeito um estudo neste sentido. A professora Marlede Oliveira lembrou aos secretários que há duas leis que permite o pagamento do Fundef. Uma federal e outra municipal e o prefeito não descumprirá nenhuma lei. Mas, não acha pertinente que R\$ 80 milhões sejam usados no Feira Tênis Clube e que dos municípios baianos apenas Feira de Santana reluta em pagar os precatórios do Fundef. O Presidente, vereador Fernando Dantas Torres, orientou os integrantes das comissões permanentes que elaborem um parecer concernente aos pedidos de suplementação orçamentária das secretarias afins. Objetivando que nem servidor ou Reda fique sem receber salário ou que obras sofram solução de continuidade. Salientou mais uma vez que os 10% de remanejamento é aplicado em municípios do porte de Feira de Santana e quem Salvador no próximo ano será de apenas 1%. Antecipou ao secretário municipal da Fazenda, Expedito Elói, que aprimore a festão, pois há possibilidade de redução de 10% de remanejamento. Quanto aos pedidos de remanejamento assegurou que serão analisados no prazo de dez dias. Tranquilizou que não tem o propósito de prejudicar ninguém. Mas, o legislativo na abrirá mão da sua função precípua, fiscalizar os atos do Executivo. Em **Pela Ordem**, o edil Jhonatas Lima Monteiro, solicitou que os pedidos sejam extensivos às comissões permanentes. Nada mais havendo por tratar, o Presidente, vereador Fernando Dantas Torres, declarou encerrada a presente Sessão, às quatorze horas e cinquenta e três, convocando outra para o próximo dia oito de novembro do corrente ano, uma terça-feira, com a seguinte pauta: <matérias aptas para serem apreciadas pelo Plenário>. Para constar, eu, José Joaquim de Oliveira Neto, Técnico Legislativo a



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

disposição do Setor de Redação e Atas, lavrei a presente Ata que segue à apreciação plenária, na forma regimental.